



RAM. Revista de Administração Mackenzie
ISSN: 1518-6776
revista.adm@mackenzie.com.br
Universidade Presbiteriana Mackenzie
Brasil

ROLITA CAVEDON, NEUSA

As representações sociais circulantes no período de margem do ritual de passagem: o caso dos peritos criminais em estágio probatório

RAM. Revista de Administração Mackenzie, vol. 15, núm. 2, marzo-abril, 2014, pp. 66-96
Universidade Presbiteriana Mackenzie
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=195430660004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS CIRCULANTES NO PERÍODO DE MARGEM DO RITUAL DE PASSAGEM: O CASO DOS PERITOS CRIMINAIS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

NEUSA ROLITA CAVEDON

Doutora em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Professora do Departamento de Ciências Administrativas
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Rua Washington Luiz, 855, sala 431, Centro Histórico, Porto Alegre – RS – Brasil – CEP 90010-460
E-mail: neusa.cavedon@ufrgs.br

RESUMO

O trabalho tem por objetivo identificar as representações sociais construídas pelos peritos criminais em estágio probatório, portanto no período de margem do ritual de passagem. A noção de ritual norteadora do artigo está baseada nos autores Turner (1974), Van Gennep (1978), DaMatta (1978, 1983), Rivière (1997), Segalen (2000) e Peirano (2003) e é definida como um momento extraordinário em que os valores e conhecimentos são apresentados aos neófitos como forma de inseri-los no universo cultural no qual estão ingressando. As representações sociais construídas ao longo desse período vão apresentar peculiaridades inerentes à posição ocupada pelos neófitos. E as representações sociais, de acordo com Sperber (2001), dentro de uma ótica antropológica, emergem de uma composição articulada em torno da representação em si, do conteúdo dessa representação, de um usuário e de um produtor (que, em alguns casos, pode ser o próprio usuário). As representações mentais são aquelas construídas no interior do usuário. As representações públicas são as representações mentais compartilhadas entre as pessoas de um determinado grupo. Os sujeitos integrantes de uma comunidade ou grupo social, cada um deles possui em seu interior uma gama de representações mentais, e parte desse saber ou dessas representações será, ao se tornar pública, compartilhada entre os integrantes do grupo. Assim, os sujeitos vão construir suas representações mentais semelhantes àquela originalmente publicizada. O método etnográfico permitiu acompanhar os ingressantes desde o estágio da separação até o momento de margem. A observação participante e simples foi empreendida desde maio de 2009 até junho de 2012 junto aos neófitos. As representações circulantes na fase de liminaridade contemplaram o trabalho, como desgaste emocional, um valor positivo, interferindo na vida familiar, identificado como *CSI*, positivo e negativo aos olhos da polícia, humor negro e falta de recursos. Vale destacar que a humildade e as críticas acompanhadas de aspectos positivos foram acionadas, mesmo sendo os neófitos ingressantes no setor público, o que confirma as teorizações elaboradas por antropólogos que enfatizam a humildade e o comedimento como sendo comportamentos esperados na fase de margem do ritual de passagem.

PALAVRAS-CHAVE

Rituais. Representações sociais. Estágio probatório. Perícia criminal. Etnografia.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo identificar as representações sociais circulantes e que são concernentes ao exercício profissional dos peritos criminais que se encontram em período de estágio probatório, portanto na fase de margem do ritual de passagem, no Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul.

No campo da administração, e mais especificamente de estudos referentes ao universo das organizações, verificamos a existência de trabalhos que contemplam as representações sociais (Diniz, Carrieri, & Barros, 2013; Salles & Costa, 2013; Azevedo, Walber, Schujmann, & Garay, 2012; Lescura, Brito, Borges, & Cappelle, 2012; Silva & Galinkin, 2011; Acevedo, Nohara, Campanario, & Telles, 2009; Corrêa & Pimenta, 2006; Corrêa, Gontijo, Assis, Carrieri, & Melo, 2007; Cavedon & Ferraz, 2005) e os rituais de passagem (Toledo & Bulcagov, 2004; Bresler, 1993; Cavedon, 1988). Todavia, pesquisas que busquem integrar as duas abordagens no campo dos serviços públicos não foram encontradas, o que se configura como um *gap* a ser preenchido, daí a relevância do presente trabalho que, sob uma perspectiva teórica, busca atingir avanços mediante o intercruzamento dos referidos temas e, sob o ponto de vista empírico, intenta trazer reflexões sobre os novos servidores em atuação numa área específica da Segurança Pública.

Os concursos públicos podem ser qualificados como momentos extraordinários e como tal enquadrados na condição de “rituais”. Segalen (2000) afirma que o ritual congrega atos formais e significativos, numa dimensão simbólica, característicos de um espaço e uma temporalidade peculiares e que vão requerer a existência e o compartilhamento de vários objetos, comportamentos e linguagem específicos a um determinado grupo. O ritual requer uma aprendizagem e uma repetição dentro do grupo social que o produz. Entre as ritualizações passíveis de serem acionadas em determinado grupo/comunidade/sociedade, há os ritos de passagem que são constituídos por três fases: separação, margem e agregação. Cada uma dessas fases terá uma forma e um tempo de duração em função daquele valor que o grupo/comunidade/sociedade quer enfatizar. Assim, o período que vai da realização do concurso público até o fim do estágio probatório pode ser pensado como um ritual de passagem ao qual o indivíduo será submetido, de modo a deixar de fazer parte do grupo de desempregados ou do

grupo de empregados da iniciativa privada para passar a ser integrante do grupo dos servidores públicos.

Nessa passagem, papéis serão desempenhados pelos neófitos e pelos seniores, cujos comportamentos esperados cumprirão certa hierarquização imposta pela própria situação ritualizada. Nas interações construídas nas diferentes fases do ritual, tem-se a circulação das representações sociais que irão comunicar significados ao mesmo tempo que podem ser ressignificadas. As representações sociais, no dizer de Moscovici (2003), possuem uma dinamicidade e se configuram como uma rede de ideias e de imagens frumentamente ligadas, difusas, em que o novo tende a ser significado dentro de um quadro de valores e imagens ancorados na tradição do grupo social de onde emergem.

Durante a etapa de separação do ritual de passagem dos ingressantes no Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias, foi possível detectar a socialização secundária mediante aquilo que foi apresentado aos candidatos como parte do fazer da perícia pelos professores peritos no curso de formação. Lembro que, em várias ocasiões, fui questionada pelos ingressantes se o trabalho era “tão pesado” sob o ponto de vista emocional como faziam crer os professores. Agora é momento de identificar as representações incorporadas ao longo do tempo mediante este estudo longitudinal, tendo presente que a etapa do ritual de passagem ainda é a de margem, a agregação ainda está por acontecer após o término do estágio probatório que, no serviço público, tem a duração de três anos.

Cumpre destacar que os neófitos já passaram por três diferentes direções, a primeira, quando da nomeação dos novos peritos, terminou seu mandato em 2010; a direção seguinte exerceu seu mandato durante o ano de 2011, tendo sido substituída em 2012 em razão da aposentadoria do diretor-geral. Essa informação mostra-se relevante, posto que, no setor público, as alterações daquele que ocupa a posição de mando podem significar mudanças mais ou menos drásticas, a depender das injunções políticas em jogo.

Assim, este artigo está articulado de modo a contemplar, sob o ponto de vista teórico, o que vem a ser ritual de passagem, bem como representações sociais, para, em seguida, contemplar a narrativa do caminho escolhido para a obtenção dos dados e, na sequência, delinear a apresentação e análise dos dados. As considerações finais intentam trazer um comparativo com a fase de separação observada em 2009.

2 RITUAL DE PASSAGEM

Os antropólogos, mais do que estabelecer definições sobre o que vem a ser rituais, costumam apresentá-los em suas características constitutivas, de modo

que cada ritual pode ser enquadrado em uma categorização a partir do valor social que está sendo posto em destaque. Os elementos do cotidiano fazem parte do ritual, porém ganham uma dimensão diferenciada em face do tempo extraordinário que o grupo/comunidade/sociedade quer enfatizar, trata-se de um momento especial, não rotineiro, algo com significado destacado. Assim, Peirano (2003, p. 10) argumenta que os “rituais são bons para transmitir valores e conhecimentos e também próprios para resolver conflitos e reproduzir as relações sociais”. Os elementos de um grupo/comunidade/sociedade, por meio dos rituais, podem ser postos em foco, de modo que determinadas cristalizações acabam por ser trazidas à tona sob a ótica de ideais “eternos” que carecem passar ao longo do tempo de geração a geração (DaMatta, 1983). Tal visão de “eterno” não significa a imutabilidade da cultura, isso porque há uma seleção entre as possibilidades dadas e que serão combinadas e recombinadas de acordo com os integrantes de cada geração. Embora os valores, as representações e os significados importantes sejam externados pela via do ritual, nada impede que ocorra uma revolta ou uma revolução, posto que, nas sociedades complexas, não é toda a ordem social que está sendo ritualizada, mas apenas parte dela, daí a possibilidade de insurgências conflituosas (DaMatta, 1983).

Em alguns rituais, vai haver sempre figuras centrais, detentoras de poder, que vão dizer o que pode ou não ser feito, que valores devem ser exaltados, quem possui conhecimento e quem não possui conhecimento, tudo isso externado de forma dramática, de modo a ficar claro para todos os que participarem da situação ritualizada quem são os donos do ritual.

Rivière (1997), ao estudar os ritos profanos, elaborou o que, em sua ótica, seria a definição de ritual, mas que, sob nossa análise, ainda permaneceu muito mais dentro de uma perspectiva de estabelecimento de características inerentes às situações tidas como ritualizadas. Para o referido autor:

[...] quer sejam bastante institucionalizados ou um tanto efervescentes, quer presidam as situações de comum adesão a valores ou tenham lugar como regulação de conflitos interpessoais, os ritos devem sempre ser considerados como conjuntos de condutas individuais ou coletivas, relativamente codificadas, com um suporte corporal (verbal, gestual, ou de postura), com caráter mais ou menos repetitivo e forte carga simbólica para seus atores e, habitualmente, para suas testemunhas, baseadas em uma adesão mental, eventualmente não conscientizada, a valores relativos a escolhas sociais julgadas importantes e cuja eficácia esperada não depende de uma lógica puramente empírica que se esgotaria na instrumentalidade técnica do elo causa-efeito (RIVIÈRE, 1997, p. 30).

Peirano (2003) busca tecer uma definição de ritual, qualificada de operativa, com base nas seguintes noções: 1. a impossibilidade de estabelecer uma definição rígida e absoluta, sendo necessário o fazer etnográfico para que os momentos especiais de um grupo/comunidade/sociedade possam ser identificados a partir daquilo que os nativos nos apontam como sendo significativo para eles e que foge do cotidiano por se apresentar como um momento extraordinário; 2. a natureza dos rituais não é o mais significativo, mas sim que eles representem por meio das ações, palavras, cerimônias algo que possua uma forma específica; 3. há que se compreender a lógica dos rituais a partir do contexto de em que emergem; 4. os rituais possuem elementos do cotidiano que são mais evidenciados através dos momentos considerados extraordinários, por isso permitem que os valores do grupo sejam colocados à mostra e ressaltados, possibilitando a resolução de conflitos e a reprodução das relações sociais; 5. na medida em que o ritual acontece num universo societário, ele comunica algo com propósito específico, buscando obter uma eficácia simbólica, os rituais são performativos.

Independentemente de elaborar uma definição ou tecer as características dos rituais, um aspecto parece transpassar as teorizações dos autores que se debruçaram sobre a temática dos rituais, qual seja a noção de que os rituais desvendam valores, representações, aquilo que é significativo para determinado grupo/comunidade/sociedade. Terrin (2004) chama a atenção para o aspecto classificatório e de ordenamento que o rito possui, na medida em que aquilo que é prioritário por meio dos ritos passa a ser colocado em evidência, deixando para um segundo plano elementos/valores considerados menores. Os ritos podem ser categorizados, segundo o referido autor, tendo por base os períodos críticos da vida, assim há ritos que são realizados tendo por objetivo dar visibilidade à mudança de *status* do indivíduo dentro do grupo, são os chamados ritos de causação, como o próprio nome diz causam mudanças na vida dos indivíduos que a eles se submetem. Os laços sociais coesos e um controle eficaz vão implicar a existência de determinadas ritualizações, ao contrário, laços sociais e controles mais frouxos acabam por acarretar o desaparecimento de certos rituais.

A importância dos rituais para o social foi reforçada por autores paradigmáticos como Turner (1974), Van Gennep (1978), DaMatta (1978, 1983), Rivière (1997), Segalen (2000) e Peirano (2003).

Van Gennep (1978) vai tratar o ritual na sua totalidade, enfatizando aquilo que lhe é antecedente e o que lhe é subsequente, e não somente o momento de clímax do evento. A compreensão da situação ritualizada demanda muito mais esforço de parte do pesquisador para capturar os significados relevantes no contexto em que se dá a prática ritualizada, o que, segundo Peirano (2003), só se torna possível mediante o fazer etnográfico.

O ritual de passagem, um tipo de ritual estudado por Van Gennep (1978), destaca-se por apresentar três etapas: separação, margem e agregação.

Na separação, existe um afastamento temporário do(s) indivíduo(s) do grupo/comunidade/sociedade, um distanciamento do mundo ao qual estavam acostumados e que será abandonado em busca de outro, haverá a saída de uma zona de conforto para empreenderem-se em um tempo e espaço desconhecidos.

Na fase de margem, ocorre uma suspensão, os indivíduos não granjeiam uma classificação social, encontram-se no limbo, não estão aqui nem lá, é uma fase de indefinição. Os valores, as representações, a linguagem própria da nova condição social que está sendo pleiteada são ensinados. Os veteranos esperam que o comportamento dos neófitos seja de humildade e submissão.

Na fase de agregação, há uma integração aos padrões vigentes naquele grupo/comunidade/sociedade. Os neófitos foram submetidos a todas as provas pelos veteranos e estão aptos a fazer parte, a ser “um dos membros”. A humildade pode dar lugar à irreverência, agora que a posição social está definida. Certos aspectos vetados durante o período de margem passam a ser autorizados na agregação.

DaMatta (1978) tece uma reflexão relevante sobre os rituais ao afirmar que, se eles não servem para solucionar os problemas inerentes à vida social, de qualquer modo se mostram imprescindíveis para a sociedade por serem capazes de trazer à consciência a perspectiva vivenciada e não somente vivida da realidade cotidiana. E mais, de acordo com o referido autor, a nossa capacidade de ritualizar extrapola os momentos positivos, nós também ritualizamos os horrores, a violência, a estupidez humana. O ritual pode mascarar aquilo que é brutal e fazê-lo ficar mais ameno e aceitável, pois, como diz DaMatta (1978, p. 11), os rituais são “essas ações que tornam a rotina diária senão suportável ou justa, pelo menos revestem-na com certo toque de mistério, dignidade e elegância”.

A liminaridade – fase em que se encontram os neófitos do Departamento de Criminalística – possui atributos de caráter ambíguos, uma vez que as posições ainda não se apresentam definidas, havendo uma invisibilidade, uma indefinição de papel social, uma ausência de *status*, “é como se fossem reduzidas ou oprimidas até a uma condição uniforme para serem modeladas de novo e dotadas de outros poderes, para se capacitarem a enfrentarem sua nova situação de vida” (Turner, 1974, p. 118).

As representações sociais circulam pelas diferentes fases dos rituais de passagem comunicando valores sociais, significando e ressignificando valores. Assim, cumpre teoricamente abordar como as representações sociais se constroem em universos socioculturais diferenciados.

3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Moscovici (2003), apesar de pôr em dúvida a possibilidade de usar a designação “pensamento primitivo”, busca mostrar a diferença entre o pensamento dito primitivo e aquele qualificado como científico. O pensamento primitivo é interpretado como capaz de agir sobre a realidade em contrapartida ao pensamento científico, que pressupõe um reagir do pensamento em face da realidade. Essa lógica implica que os desejos, desde uma perspectiva primitiva, se tornam realidade, enquanto, na perspectiva científica, a realidade é que se transforma em desejos. Em comum nas duas vertentes, a incapacidade do homem de controlar completamente tudo aquilo que se encontra em sua interioridade e em seu exterior.

Certas pessoas e objetos, apesar de estarem diante dos nossos olhos, acabam não granjeando nossa atenção, guardam uma invisibilidade que é decorrente da classificação social estabelecida, de modo que nossa reação se dá com base no que foi socialmente instituído. A realidade passa a ser definida pelas representações que apresentam duas funções:

- Elas convencionalizam objetos, pessoas, acontecimentos, isto é, criam modelos nos quais tendemos a enquadrar situações, pessoas, objetos. Mesmo em relação àquilo que é novo, há uma tendência de encontrar um nicho no modelo que será ocupado por aproximação.
- São prescritivas e impositivas ao decretarem o que deve ser pensado.

A mente mantém condicionantes incorporados ao longo da vida, fruto das representações, da cultura, linguagem, e nem sempre somos capazes de perceber conscientemente a existência dessas convenções, posto que elas já se sedimentaram no inconsciente. No dizer de Moscovici (2003, p. 39):

Uma vez difundido e aceito este conteúdo, ele se constitui em uma parte integrante de nós mesmos, de nossas inter-relações com outros, de nossa maneira de julgá-los e de nos relacionarmos com eles; isso até mesmo define nossa posição na hierarquia social e nossos valores.

Assim, as interações entre as pessoas serão mediadas por representações sociais. Ao serem criadas e compartilhadas socialmente, as representações assumem vida própria, circulam, se atraem, se repelem, desaparecem, ressurgem com nova significação, numa dinamicidade permanente.

As representações, de acordo com Sperber (2001), dentro de uma ótica antropológica, emergem de uma composição articulada em torno da representação em si, do conteúdo dessa representação, de um usuário e de um produtor (que, em alguns casos, pode ser o próprio usuário). As representações mentais são aquelas construídas no interior do usuário. As representações públicas são as representações mentais compartilhadas entre as pessoas de um determinado grupo. Os sujeitos integrantes de uma comunidade ou grupo social, cada um deles possui, em seu interior, uma gama de representações mentais, e parte desse saber ou dessas representações será, ao se tornar pública, compartilhada entre os integrantes do grupo. Assim, os sujeitos vão construir suas representações mentais semelhantes àquela originalmente publicizada. Esse ciclo forja as representações culturais que são elaboradas a partir desse conjunto dinâmico, sempre em processo de ressignificação entre as representações mentais e as públicas. Para Sperber (2001, p. 93):

Uma interpretação é a representação de uma representação por outra, em virtude da semelhança do conteúdo. Nesse sentido, uma representação pública, cujo conteúdo se parece com o de uma representação mental que ela se presta a comunicar, é uma interpretação. É o mesmo caso da representação mental, resultante da compreensão de uma representação pública. O processo de comunicação se decompõe em dois processos de interpretação: um do mental para o público e outro do público para o mental.

As representações sociais não pertencem a um campo único de conhecimento, mas são abordadas a partir de diferentes perspectivas, e, no campo da antropologia, segundo Laplantine (2001), a abordagem vai sempre privilegiar a inter-relação entre o social e o individual, dando ênfase ao conhecimento, ao valor e à ação. Sob a ótica do conhecimento, a representação é um saber que não é colocado em dúvida, posto que é uma construção do social, sendo, para aqueles que o compartilham, entendido como a própria realidade; já no que concerne ao valor, há uma avaliação por parte do sujeito que não adere à representação simplesmente por considerar o saber verdadeiro e bom; por seu turno, a representação também não se limita à dimensão do conhecimento, mas implica igualmente uma ação.

Moscovici (2001) vai advogar em prol da união dos saberes, constituídos no campo da antropologia e da psicologia. O diálogo entre esses saberes tende a contribuir para uma melhor compreensão das representações. Assim, certos mitos, crenças e outros simbolismos deixam de ser vistos como superstições para serem pensados dentro do contexto cultural do qual emergem. Toda sociedade

ou grupamento humano possui representações que são dominantes e que exercem sobre os sujeitos pressões que os obrigam a moldar seus pensamentos e sentimentos a esse quadro representacional. Tal posicionamento teórico acaba por evitar a dicotomia individual *versus* coletivo. Sob essa égide, Jodelet (2001) alude à relevância de conhecer as representações que circulam no universo cultural do qual se faz parte para que seja possível uma adaptação de nós, sujeitos, em termos de comportamentos, de capacidade de se sobrepor física e intelectualmente ao mundo em questão, além da identificação e resolução dos problemas que surgem no dia a dia vivenciado. São essas representações, em suma, que vão permitir a tomada de decisões e a adoção de formas defensivas quando for preciso.

Jodelet (2001) afirma que, em certos momentos, a sociedade não dispõe de conhecimento científico necessário para dar conta de determinados acontecimentos, é quando o senso comum cria formas de entendimento dos fenômenos que vão circular de boca em boca buscando elucidar aquilo que se mostra até então incompreensível. Essas representações servem como um norte para as ações a serem operacionalizadas por aquele grupo e muitas vezes podem estar na contramão daquilo que é defendido por outro grupo social, gerando com isso conflitos entre eles. As representações vão favorecer as afiliações entre os sujeitos de uma sociedade/comunidade/grupo e terão “implicações afetivas e normativas, com interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e de pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que a elas estão ligadas” (Jodelet, 2001, p. 22). A adesão via representações sociais faz com que as ideias compartilhadas reforcem os elos sociais e identitários, gerando um sentimento de pertença. Portanto, as representações sociais vão organizar as relações simbólicas entre indivíduos e grupos, pois um indivíduo pode integrar vários grupos e, em algum grupo, se sentir compartilhando de modo mais efetivo as representações circulantes do que em outros (Doise, 2001).

A próxima seção contempla a elucidação dos caminhos trilhados para a obtenção dos achados da pesquisa.

4 MÉTODO

Ver, ouvir, tocar, sentir o gosto, identificar odores, descortinar significados, enfim viver e entender aquilo que o “outro” experimenta em seu dia a dia, consiste no fazer etnográfico, caminho adotado nesta pesquisa para a obtenção dos dados. A observação participante (Clifford, 1998; Angrosino, 2009) e a observação simples (Goode & Hatt, 1960) foram empreendidas desde maio de 2009 até junho de 2012 junto aos neófitos. Todavia, a convivência com os seniores tem

seu início datado de junho de 2007, quando obtive a autorização da direção-geral e da supervisão técnica do Instituto-Geral de Perícias, bem como da Direção do Departamento de Criminalística, para o ingresso em campo. Nessa fase inicial, 2007, o estudo se configurou como uma pesquisa de cunho qualitativo, com foco em entrevistas semiestruturadas sem a pretensão de ser um estudo etnográfico. Contudo, com o passar do tempo, a minha inserção em campo começa a se dar de modo muito mais intenso em face da confiança conquistada entre os servidores, fazendo com que o estudo ganhasse em profundidade, indo muito além do que se classifica como um estudo de caso. Tal envolvimento ocorre mediante a participação em reuniões, curso, eventos comemorativos e um acompanhamento mais próximo às equipes do plantão, inclusive com a possibilidade de partilhar com uma equipe formada por motorista, fotógrafo e papiloscopista – o deslocamento para observar como é operacionalizada uma perícia em um local de furto e arrombamento.

Houve também o dia em que recebi da diretora do Departamento de Criminalística um avenal com as inscrições “Instituto-Geral de Perícias” nas costas, e, no bolso, SSP/IGP/RS, ato que simbolicamente me integrava ao grupo e que, em certos momentos, rendeu a brincadeira de eu ser qualificada como “perita honorária”.

Desvendar o trabalho daqueles que atuam no Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul em suas diferentes seções, com ênfase especial para o plantão, permitiu captar como as representações circulam e vão sendo ressignificadas ao longo do período de margem do ritual de passagem. Além disso, o ritual, por sua própria condição de momento extraordinário, permitiu que certos comportamentos fossem analisados a partir dessa condição.

Em 2009, os neófitos realizaram, como parte do processo seletivo, ou seja, etapa de separação do ritual de passagem, um curso de formação de 600 horas/aula. Nessa época, tive a oportunidade de acompanhar os candidatos da Turma T2 no módulo “Local de crime contra a vida”. Além de participar das aulas como observadora participante, na penúltima aula da referida disciplina, distribuí entre os participantes um questionário constituído por questões abertas que tinha por objetivo conhecer as expectativas, as motivações e o perfil dos candidatos a peritos criminais, de modo a identificar como estava se dando o processo de socialização dos ingressantes em face do contato com os peritos-professores, esses últimos profissionais seniores que atuavam, em seu dia a dia, como servidores do Departamento de Criminalística. O resultado desse estudo foi apresentado sob a forma de artigo e encaminhado aos participantes no ano de 2011, juntamente com o envio de um novo questionário, desta vez contemplando a fase de margem do ritual e buscando verificar as representações criadas ao longo do período compreendido entre 2009 e 2012.

Muitos dos ingressantes foram lotados em cidades do interior do Estado do Rio Grande do Sul, visando à concretização de um projeto de interiorização da perícia advogado pelo então diretor-geral da instituição. Apesar de conviver com alguns peritos na capital, a única forma que eu tinha de contato com todos os alunos da Turma T2 era pelo *e-mail* institucional. Encaminhei a todos um *e-mail* com o questionário anexo, não sem antes ter obtido a anuência da direção do Departamento de Criminalística. Dos 29 integrantes da Turma T2, somente dez retornaram as respostas nessa segunda fase, ou seja, apenas 34%. Todavia, como o estudo não se configura como de cunho quantitativo, a representatividade numérica não se torna significativa a não ser para fazer algumas inferências: a primeira delas refere-se à intensa atividade a que estão submetidos os peritos em razão do elevado número de crimes cometidos; a segunda possibilidade diz respeito ao fato de ter sido utilizado o *e-mail* institucional para o envio do questionário, o que pode ter criado constrangimento aos pesquisados, embora tivesse sido feita a ressalva de que, caso julgassem pertinente, poderiam responder por meio de outro *e-mail* que não o institucional.

O Quadro 1 apresenta o perfil dos neófitos que responderam ao questionário na fase de margem do ritual de passagem e que, portanto, ainda não haviam concluído o estágio probatório.

QUADRO I

PERFIL DOS RESPONDENTES

PERITO	LOCAL DE NASCIMENTO	IDADE	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS
A1	Porto Alegre	48 anos	Graduação	Casado	2
B1	Porto Alegre	37 anos	Pós-Graduação	Casada	1
C1	Porto Alegre	26 anos	Graduação	Solteiro	Não
D1	Gravataí	29 anos	Mestrado	Solteira	Não
E1	Porto Alegre	26 anos	Cursando Pós-Graduação	Casada	Não
F1	Alegrete	29 anos	Doutorado incompleto	Solteiro	Não
G1	Santa Cruz do Sul	29 anos	Graduação	Casado	Não
H1	Pelotas	31 anos	Graduação	Solteiro	Não
I1	Novo Hamburgo	30 anos	Doutorando	Casado	Não
J1	Porto Alegre	26 anos	Graduação	Solteira	Não

Fonte: Elaborado pela autora.

No que se refere à observação simples e participante, a minha presença concentrou-se, de maneira mais significativa, em um dia da semana, terça-feira, o “meu dia de plantão”. Esse meu atrelamento às equipes que atuavam na terça já estava bastante evidenciado, tanto que, em um dia decretado como ponto facultativo, eu havia marcado uma entrevista com um perito. Como não prestei atenção no noticiário e o ponto facultativo foi decidido muito próximo ao dia do feriado, desloquei-me na sexta-feira até o Departamento de Criminalística. Ao chegar, logo vi várias seções fechadas, embora o pessoal do plantão estivesse a postos aguardando os possíveis chamados. Resolvi caminhar até a parte onde há o micro-ondas, destinado ao aquecimento de água e alimentos por parte daqueles que estão de plantão, e encontrei o perito J que estava trabalhando na seção de Acústica Forense e de imediato ele perguntou: “Errastes o dia ou viestes de propósito em outro dia, ponto facultativo, para ver como é?”. Portanto, já existia um consenso de que a minha turma de trabalho era aquela constituída pelos servidores que atuam nas terças-feiras e é desse tempo e lugar que sou reconhecida. Tal proximidade não me torna uma perita igual aos meus pesquisados, como bem afirma Winkin (1998, p. 140):

A formação para o procedimento etnográfico passa primeiro pela observação, que, aliás, não deve necessariamente ser participante. Não é porque você está fazendo um estudo sobre a vida social de um bar que você tem de ser garçom de bar. É preciso simplesmente estar ali, viver no ritmo do bar. Não há a necessidade de desempenhar um papel profissional no lugar estudado.

O referido autor também sinaliza para o fato de que só é possível enxergar os fenômenos culturais de um determinado grupo humano a partir da “etnografia minuciosa, mas teoricamente informada” (Winkin, 1998, p. 132), dado que “a teoria vai levar a ver mais e mais longe. E não é preciso encher-se de teorias para produzir esse efeito” (Winkin, 1998, p. 135).

No campo objeto de investigação, o Departamento de Criminalística, é importante atentar para o fato de o compartilhamento das vivências se dar em certas circunstâncias de modo restrito e resultar em determinadas lacunas, pois a área da Segurança Pública remete a questões que implicam sigilo para não pôr em risco a eficácia dos procedimentos investigativos. Porém, isso não invalida o trabalho.

As observações foram registradas em diários de campo em ambiente alheio ao espaço organizacional estudado, seguindo os preceitos preconizados pelo método etnográfico. As notas de campo, por sua própria característica, constituíram-se em anotações rápidas realizadas no lócus da pesquisa, configurando-se

como lembretes auxiliares para a elaboração detalhada constante nos diários de campo.

A opção neste artigo por focar de modo mais pontual as falas dos peritos ingressantes é justificada sob dois aspectos. Primeiramente, porque esse campo foi descrito detalhadamente em outros artigos publicados (Cavedon, 2010, 2011). O segundo fator diz respeito à teoria das representações sociais, pois é por meio das falas que as representações são capturadas de modo a desvelar os significados circulantes.

Vale destacar que o contexto do qual essas falas emergem é relevante para a compreensão do simbólico. Assim, assinalo, ainda que de maneira resumida, que as falas partem de sujeitos que atuam em um contexto em que o convívio com a morte e com a violência é experimentado diariamente, exigindo desses profissionais o acionamento de mecanismos de defesa para fazer frente a essa realidade, de modo que eles consigam concretizar as tarefas que lhes são atribuídas.

A análise dos achados de campo se deu por meio da leitura de todo o material, diários e questionários, de modo a possibilitar a identificação das representações recorrentes. Estabelecidas as categorias, o êmico (visão dos pesquisados), o ético (visão do pesquisador) e os teóricos são colocados em diálogo objetivando o descortinamento dos significados. A próxima seção evidencia as descobertas realizadas em campo.

5 O ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS INGRESSANTES

Passada a etapa da separação do ritual de passagem, que incluiu a aprovação nas provas do concurso e habilitação via curso de formação, os ingressantes tomaram posse e foram lotados nas diferentes seções do Departamento de Criminalística, bem como alguns tiveram sua lotação designada para cidades do interior do Estado do Rio Grande do Sul.

Ao encontrarem com os neófitos pelos corredores do Departamento de Criminalística, muitos peritos seniores manifestavam surpresa diante da pouca idade dos ingressantes e da aparente fragilidade de algumas mulheres, baixinhas, magrinhas, e os primeiros comentários começavam a ser delineados pelos peritos antigos: “Quero ver como elas vão fazer quando tiverem de movimentar um corpo em local de crime”. Outra fala que escutei com relativa frequência: “Não demora muito eles vão estar tão louquinhos como nós”. As equipes de plantão contaram com uma mescla de novos e antigos peritos, de modo que os novos pudessem aprender com os seniores como proceder. Em vários momentos, vi os

ingressantes buscando elucidar algum aspecto ainda não muito claro junto aos peritos mais experientes.

A lotação no plantão logo evidenciou que esse não é um lugar para todos, há os que não se sentem em condições de enfrentar a violência cotidiana. Além disso, é um setor que requer capacidade de apreensão dos detalhes em pouco tempo, e nada deve escapar ao olhar atento do perito, pois, tão logo o local não esteja mais isolado e guarnecido, não haverá mais “local”, sendo impossível o perito tecer qualquer conclusão a partir daí.

5.1 TRABALHO REPRESENTANDO DESGASTE EMOCIONAL

Assim, se na fase de separação do ritual de passagem, por mim acompanhada, durante o curso de formação, havia dúvidas por parte dos neófitos se a atividade profissional seria tão desgastante sob o ponto de vista emocional como os professores peritos afirmavam, agora, na etapa de margem, já existe a percepção clara sobre o desgaste emocional a que estão e estarão constantemente submetidos. O perito II refere que, para trabalhar como perito, é preciso “pensar bem se gosta do tema e se consegue lidar com esse tipo de coisa (ter estômago)”. No dizer do perito A1: “todos aqui devem ter um preparo para aguentar a carga emocional, ou seja, às vezes não podemos ser totalmente normais – como se diz: ‘De médico e de louco, todo mundo tem um pouco’”.

Por sua vez, o perito C1 alerta para que haja uma preocupação em “estar preparado(a) física e mentalmente, pois a realidade do dia a dia exige muito do aspecto emocional. Entretanto, para quem está disposto a enfrentar eventuais adversidades, é um bom lugar para trabalhar”. Os peritos A1 e J1 apontam igualmente a carga emocional a que estão sujeitos, algo presente em suas falas, mas que são complementadas por manifestações positivas: “o trabalho não é leve, não é fácil, mas para quem gosta da área – assim como eu – é apaixonante!” (perita J1) e “Apesar da carga emocional, o serviço é maravilhoso” (perito A1).

Os relatos também elucidam aquilo que mais os impressiona negativamente no exercício da profissão. Sem dúvida, tal como os peritos antigos, os novos peritos sentem-se impactados com a morte de crianças. No relato do perito G1, há a lembrança dessas vivências: “entre as vítimas de incêndio, havia crianças, e, analisando o local, pude perceber como ficaram presas no cômodo” e “Num local de incêndio com vítimas crianças, encontrei uma delas ajoelhada no chão com as mãos como se estivesse rezando”.

Os acidentes de trânsito, pela violência presenciada, marcam a atuação profissional, a exemplo do que diz o perito II: “Local de morte com muitas mutilações, como acidentes de trânsito” e também o risco de entrar no final de uma vila em um morro.

A pressão exercida sobre os peritos quando o caso tem repercussão pública também causa estresse: “Atendimento de locais de desabamento e grandes incêndios, especialmente os locais de muita repercussão pública, nem sempre pela complexidade do trabalho, mas pela confusão e pressão no local” (perito G1).

Uma maneira de evitar o desgaste emocional é apontada pelo perito H1, ao afirmar: “Apesar de nem sempre ser possível, procuro não me envolver com os locais e suas vítimas. Todo cadáver tinha uma história de vida, passado e expectativas, melhor não saber”.

As implicações emocionais já se delineiam entre os neófitos. Em um dia em que fui a campo, o perito A1 disse-me que semanalmente costumava ser acometido de uma dor na perna no dia em que antecedia a sua atividade no plantão. Essa narrativa põe em evidência a somatização da dor psicológica. Seligmann-Silva (2011, pp. 489-490) elucida como se dá o caminho para essa somatização:

[...] a dinâmica psíquica que é acionada pelo sofrimento social passa por mediações representadas pelos mecanismos de defesa individuais, mas pode encontrar caminhos através da reflexão, da elaboração psíquica. Assim como, na falta dessa elaboração, o mal-estar e a dor psíquica podem *transtornar* o mundo mental ou ser canalizados pelas vias psicossomáticas, indo projetar-se ou mesmo adquirir expressão através do próprio corpo – onde o sofrimento psíquico, que não pode falar, poderá se manifestar de outros modos: virar dor, contração, espasmos, sufocação ou até paralisia e mesmo perda de visão (nos quadros conversivos). Assim, a dor e a mágoa falarão de outra forma, pela *via psicossomática*.

As falas permitem a identificação de mecanismos de defesa de autorrepresão por parte dos peritos que devem se mostrar “psicologicamente fortes” para enfrentar as situações de morte violenta e os perigos a que se veem expostos.

Com o tempo, a irritação e o cansaço decorrentes do desgaste emocional tendem a se mostrar mais evidentes, com implicações nas relações interpessoais entre colegas de trabalho. As doenças de cunho psicológico começam a ser reconhecidas, aceitas e tratadas pelos sujeitos mais tardivamente do que as doenças físicas. Todavia, mesmo que o trabalhador tenha consciência de que a atividade está trazendo consequências negativas para a sua saúde, ainda assim existe a tentativa de manter o autocontrole visando evitar que os colegas e os superiores entendam a sua atuação como pautada pela pouca capacidade de fazer frente aos desafios profissionais e prescindindo do envolvimento necessário, de modo a granjear sucesso e prestígio junto aos pares e superiores hierárquicos (Seligmann-Silva, 2011).

5.2 TRABALHO DOS PERITOS AUTOQUALIFICADO COMO COM VALOR POSITIVO

Os ingressantes reconhecem o valor do trabalho que realizam e da mesma maneira que os peritos antigos destacam que o trabalho por eles realizado contribui para que a justiça possa ser feita a partir das provas materiais que sustentam o laudo: “é prazeroso saber que colaboro para a realização da justiça [...]” (perito H1). No dizer da perita J1, sua satisfação em relação ao trabalho ocorre:

Quando consigo afirmar categoricamente que um projétil foi expelido ou um estojo foi percutido pela arma periciada. Dá uma sensação de dever cumprido, pois é prova indiscutível que o indiciado é culpado e que haverá justiça para a vítima e para sua família.

O perito I1 é ainda mais enfático sobre o papel da perícia no âmbito da justiça: “A justiça verdadeira depende mais da perícia do que de qualquer outra coisa”, posto que “a prova técnica dos crimes é essencial para a elucidação da verdade” (perito C1).

O trabalho é percebido como “desafiador e pouco rotineiro” (peritos H1 e J1), “gratificante” (peritas D1, E1 e J1), “é dinâmico, é instigante e não deixa eu me acomodar... é sempre preciso estudar!” (perita J1), “a pessoa que vai trabalhar com a perícia deve gostar de aprender e descobrir, deve ser curioso” (perito G1).

O perito G1 sintetiza a autopercepção sobre o trabalho daqueles que atuam como peritos:

Não poderia dizer que todos têm o mesmo perfil, mas muitos são pessoas que gostam de descobrir coisa, que se interessam por ciência e pelo porquê de tudo. Ao contrário do que ocorre na maioria dos órgãos públicos, não são servidores burocratas e sim pessoas que buscam valorizar o trabalho e fazê-lo da melhor maneira possível, que acima de tudo gostam do que fazem.

Essa representação social circulante entre os peritos neófitos deixa à mostra o mecanismo de idealização, expressando o desejo de autovalorização e orgulho por fazer parte daquela organização (Seligmann-Silva, 2011). A justiça é um valor socialmente relevante, portanto auxiliar na busca de provas que permitam inocentar ou culpabilizar alguém significa atender aos ditames da “justiça” e daí a idealização, que leva ao orgulho e também à identificação com o trabalho realizado, pois, como afirma Seligmann-Silva (2011, p. 487), a subjetividade requer “olhar a realidade através de outra lente: a das culturas que formulam

os valores que dão sentido à vida e ao trabalho, em cada comunidade humana ou formação social”.

O domínio de diferentes saberes faz parte da realidade cotidiana do Departamento de Criminalística. Eis um exemplo disso: um dos respondentes sugeriu que, em uma próxima pesquisa, eu usasse um *site* (endereço por ele fornecido). O compartilhamento de conhecimento parece incorporado, faz parte do *ethos* e é estendido para quem compartilha, ainda que não na condição de servidor, do mesmo universo.

5.3 TRABALHO E INTERFERÊNCIA NA VIDA DA FAMÍLIA DO PERITO

Os peritos apontam como a atividade por eles realizada é percebida pelos seus familiares e de que maneira o dia a dia profissional perpassa o cotidiano familiar. Apesar de as respostas iniciarem ou terminarem, em sua maioria, com a afirmação de que a interferência do trabalho na vida familiar é “pouca”, os depoimentos que seguem deixam à mostra que, na realidade, há um intercruzamento significativo entre as duas esferas.

Como trabalho por plantão, acaba interferindo. Já fui chamado de madrugada e às vezes viajo e só retorno bem depois do fim do horário do plantão, atrapalhando atividades sociais diversas. Porém, na média os horários são bem flexíveis e bons, e as pequenas interferências pouco atrapalham, até por gostar do que faço (perito G1).

Agora muito pouco, apenas tenho que deixar a família sozinha nos dias dos meus plantões. [...] Mas até pouco tempo atrás éramos obrigados pela direção a trabalhar em regime de 24 x 48 h, o que me desgastou muito e interferiu na vida pessoal, uma vez que na maior parte do tempo eu estava dormindo ou trabalhando (perito I1).

O plantão é o setor que tem mais implicações na rotina dos servidores ao modificar não só a dinâmica de vida do perito, mas igualmente a de seus familiares que muitas vezes terão de prescindir de sua presença no Natal, Ano-Novo, Dia das Mães, Dia dos Pais. Os ingressantes já sentem as alterações, mas é bem possível que só muito mais tarde eles venham a ter a dimensão exata dessas ausências e os reflexos sobre a vida familiar. Tal qual relatou um perito sênior à pesquisadora que, depois de muitos anos no plantão, é que se deu conta e sentiu falta dos inúmeros momentos em que esteve ausente do universo familiar em datas comemorativas.

Tonelli (2012) faz menção a um aspecto importante no que diz respeito às implicações do trabalho sobre a esfera familiar dos sujeitos. A referida autora afirma – ao destacar a centralidade do trabalho na vida das pessoas – que o mundo do trabalho exige flexibilidade, cobrando daqueles que exercem atividades laborais uma capacidade de adaptação em face das dinâmicas organizacionais. Já a esfera familiar requer maior estabilidade, uma construção afetiva que prima pela proximidade e convivência ao longo do tempo. Esses dois mundos com exigências diversas fazem com que o sujeito opte por privilegiar o trabalho, pois é deste que advém os recursos para a sobrevivência do trabalhador e de seus familiares, assim torna-se mais conveniente transformar hábitos e comportamentos em família, de modo a atender adequadamente às solicitações e aos comportamentos exigidos pelo mundo organizacional.

5.4 A SOCIEDADE VÊ PERITOS COMO ATORES DO SERIADO *CSI: CRIME SCENE INVESTIGATION*

Durante o curso de formação (fase de separação do ritual), não estava tão evidente para os ingressantes que os amigos e a sociedade em geral desconheciam o fazer da perícia. No entanto, agora no período de margem do ritual, essa representação parece ter se delineado com tintas bem mais fortes.

As pessoas pouco sabem o que a perícia faz e as que sabem acham que somos polícias ou que funciona igual aos seriados americanos. Acredito que ainda não temos o valor que merecemos, afinal da nossa capacidade de analisar provas materiais está o destino das pessoas, podemos ajudar fortemente a inocentar ou culpar alguém (alterar o curso das vidas das pessoas), dependendo do empenho e trabalho que fazemos (perito G1).

Muitos têm aquela imagem pronta de seriado americano *CSI*, equipamentos novos e bonitos que fazem praticamente todo o trabalho e tudo dando certo na primeira tentativa. Outros acham que o nosso trabalho é somente com cadáveres e também há aqueles que não fazem a menor ideia (perito F1).

As pessoas veem meu trabalho como dos seriados da televisão. Minha família e meus amigos têm bastante orgulho da minha atuação como perita, e acho gratificante ver que as pessoas têm essa visão do meu trabalho. É um trabalho que desperta muita curiosidade das pessoas, já fui convidada inclusive para dar palestras em universidades sobre o tema. O trabalho pericial tem grande reconhecimento das pessoas leigas no assunto (perita E1).

Patai (1974), ao estudar os mitos e o homem moderno, atenta para a figura do herói dos seriados veiculados na mídia televisiva e também nos cinemas. O herói, presente na mitologia antiga, ainda encontra espaço na vida do sujeito moderno que acompanha as aventuras do herói imortal, poderoso, que enfrenta inúmeros perigos, mas consegue se desvencilhar de todas as armadilhas com perspicácia, sabedoria e dons quase divinos. De acordo com Patai (1974), o herói dos seriados granjeia simpatia por parte do público em razão das ações que realiza em prol do povo, há sempre luta por derrotar aqueles que se acham na contramão do social. Os heróis acham-se focados em imputar medidas punitivas ou em fornecer elementos a quem de direito para que possa aplicar as penas cabíveis. O herói da antiguidade e o herói moderno sempre estão a serviço de alguém hierarquicamente superior que atribui ao subordinado tarefas muito acima da capacidade humana que ele tem de solucioná-las. Vez por outra, o herói moderno se contrapõe ao chefe buscando convencê-lo com argumentos que acabam por demover o superior de seu ponto de vista inicial. O herói moderno sempre conta com uma ou mais pessoas que vão auxiliá-lo e dar suporte em situações arriscadas. O herói moderno, ainda nos ensina Patai (1974, p. 193), ganha projeção e se torna um mito por conta de seu esforço pessoal, “obtido com trabalho, perseverança, adestramento e a conscientiosa cultivação das mais formosas qualidades de que a natureza o dotou”. O herói é superior em seus poderes e, por fazer parte de um seriado, com certeza terá de sair ileso e obterá sucesso em sua empreitada para que possa atuar em outra aventura no próximo seriado. Essa imortalidade é que atrai o público, a repetição dos feitos exitosos, em que a justeza dos atos se torna uma constante, faz com que ocorra a identificação do telespectador com o personagem mítico. No caso do seriado *CSI*, o público se imagina ocupando a posição daquele que busca os indícios, os vestígios e as evidências na consecução da perícia e acaba esperando dos profissionais “reais” a mesma atitude de um quase “deus” a desvendar a dinâmica dos crimes, em que a rapidez e os equipamentos de última geração permitem que o perito chegue a bom termo no cumprimento daquilo que lhe foi atribuído como tarefa a ser executada.

Por seu turno, o perito I1 identifica duas representações sobre o trabalho dos peritos na ótica da sociedade, “positivamente, quando sabem que eu contribuo com a elucidação de crimes e negativamente, pois a maioria tem pavor de mortos, de pobreza, sujeira...”.

5.5 A REPRESENTAÇÃO DA PERÍCIA PELA POLÍCIA

Os respondentes percebem que, entre os policiais mais antigos, a perícia é qualificada como sem importância, não sendo atribuído o valor devido ao trabalho

dos peritos. Essa visão pode ser decorrente da dificuldade de interlocução entre os órgãos que integram a Segurança Pública do Estado.

Não sei qual a visão da polícia sobre nosso trabalho. A estrutura da investigação policial faz com que a mesma seja compartmentalizada: não sabemos o impacto que nosso laudo tem junto às demais provas do processo. Mas percebo que os servidores da polícia têm muita dificuldade de entender nossos laudos, pois recebemos ligações de inspetores e delegados com frequência, com questionamentos que estão explicados no próprio laudo. Já ajustamos várias vezes a estrutura do laudo para conseguir expressar a análise de forma mais coloquial, mas infelizmente há determinados termos inerentes à análise e à metodologia utilizada que não temos como abordar de forma diferente (perita E1).

[...] é perceptível a falta de compreensão das limitações técnicas da nossa atividade, fato explícito nas solicitações de perícias impossíveis, retiradas da cultura de seriados (perito H1).

Engraçado mesmo é a leitura de alguns quesitos, tais como “qual o horário em que a arma foi utilizada”, “se é possível precisar a data em que foi utilizada” e por aí vai... só consultando bola de cristal para responder... hehehe! Não há exames que possam responder tais questionamentos... e acabamos por nos divertir assim (sem faltar com o respeito aos colegas de outras instituições que não têm obrigação de saber da impossibilidade de tais exames!) (perita J1).

Todavia, apesar de essas falas apontarem para os entraves que geram distanciamento entre os órgãos, os peritos ingressantes referem que a dificuldade de obter reconhecimento por parte da polícia se dá por parte dos policiais antigos, os policiais que ingressaram na polícia mais recentemente mantêm uma relação colaborativa entre os dois órgãos e entendem a contribuição que pode ser obtida por meio do laudo pericial.

5.6 TRABALHO E HUMOR NEGRO

As inúmeras facetas do trabalho passam a ser motivo de riso por parte dos sujeitos que lidam com a morte violenta, e os ingressantes já começam a “colecionar” os relatos que no futuro vão fazer parte das memórias de humor negro.

Nosso trabalho envolve sempre morte e tragédia, então tentamos sempre ver o lado “positivo” ou “engraçado” das coisas, para que nossa rotina não fique tão pesada. Lembro de um caso curioso em que um cadáver foi encontrado fora da sepultura e com sinais de ter sido violentado. O cadáver foi encaminhado ao DML, onde foi realizada a coleta de sêmen na vagina. Após o ressepultamento, o agressor foi pego em flagrante violentando o mesmo cadáver (perita E1).

Já escutei tiroteio em meio a uma perícia...

Já fiz encontro de cadáver em um poço, que na verdade era um bezerro...

Já desci barranco que depois quase não consegui subir de volta... (perito I1)

Certa vez, nossa equipe se deslocou mais de 100 km, durante a madrugada, para atender um encontro de cadáver que nada mais era do que um cachorro enterrado envolto num lençol (perito H1).

[...] em um local de suicídio, quando percebemos estava a grande maioria da equipe “brincando” com filhotes de cães pertencentes à vítima, que curiosos, “queriam saber” quem éramos.

Sobre a mudança sofrida, desde o ingresso (curso de formação, fase de separação do ritual de passagem), com relação à morte e à violência, o perito H1 diz: “Ao entrar são um grupo nada homogêneo de pessoas. Com o tempo todos fazem piada com a morte, ela vira rotina”.

Zilles (2003) elucida a etiologia da palavra humor que vem do latim e significa líquido. Além disso, o termo humor é utilizado para exprimir o estado de espírito do sujeito. Já o chamado “humor negro” é aquela situação cujas comicidades nos chocam por empregarem elementos mórbidos ou macabros. Nas falas dos peritos do Departamento de Criminalística, esse humor aparece e se expressa como uma forma de fazer frente a uma realidade difícil de ser aceita e que os faz sofrer ao se defrontarem cotidianamente com a crueza dos fatos violentos.

O eu do sujeito encontra uma forma mais leve para poder atuar em face dessa realidade, todavia o humor não é resignado como afirma Ribeiro (2008) ao tomar por base os ensinamentos de Freud. No dizer da referida autora, a mente se rebela contra a realidade dolorosa para fazer triunfar o princípio do prazer. O sofrimento pode ser evitado de várias maneiras, pelo uso de álcool, pela fantasia, pelas drogas, mas o humor é a forma menos danosa porque não compromete a

saúde mental ao manter o sujeito nos limites da “normalidade”, o humor afasta o sujeito da dor, apesar de manter a consciência da fragilidade humana e a afirmação da existência dolorosa. Através da inteligência, a morte e os infortúnios são objeto de gozação por parte dos sujeitos, que, por meio de uma ironia fina, provam seu respeito para com a morte, transgredindo de forma consensual. Aquilo que a princípio parece irreverência, descaso, desrespeito para com a dor alheia, nada mais é do que a noção clara dos limites humanos perante a morte e a capacidade do homem de reação para fugir do sofrimento (Ribeiro, 2008).

Kupermann (2010, p. 200), ao trazer para a discussão a tríade sublimação, humor e orfandade, faz uma reflexão esclarecedora:

Há, de fato, importantes pontos de convergência entre sublimação e humor: ambos implicam processos que se situam na fronteira entre a defesa frente à angústia promovida pelos excessos pulsionais e o movimento criador; encontram suas fontes imaginárias no brincar infantil; indicam uma afirmação do sujeito e de suas experiências de prazer e de alegria apesar do reconhecimento dos limites impostos a qualquer triunfo onipotente; e, finalmente, produzem uma modalidade de laço social baseado não na repressão pulsional, mas no compartilhamento afetivo.

Diante das teorizações apresentadas, fica mais fácil a compreensão sobre o “brincar”, “fazer piada com a morte”, incorporados pelos neófitos em estágio de margem do ritual de passagem.

5.7 TRABALHANDO COM A FALTA DE RECURSOS

Em geral, os neófitos não costumam manifestar, durante o período de margem, a sua insatisfação com relação aos recursos disponíveis para a realização das tarefas e muito menos com os salários quando estes são percebidos como incompatíveis com o nível de exigência da função exercida. Mas, em se tratando de servidores públicos, o estágio probatório não assume o caráter de controle tal qual ocorre na iniciativa privada, em que o período de experiência serve para acompanhar a atuação do trabalhador que deve se mostrar humilde como forma de permanência na organização. No setor público, o tempo de margem é muito amplo, e as medidas punitivas só serão imputadas caso algo de muito grave tenha ocorrido, daí essa humildade já não se dar do mesmo modo que na iniciativa privada; ser aprovado no concurso, de certo modo, já garante a “estabilidade”. Assim, as falas já apontam aquilo que normalmente costuma ficar mais

evidente a partir do período de agregação quando todos, neófitos e seniores, têm a proferir reclamações idênticas.

[...] no serviço público é tudo muito complicado, faltam materiais... quando eles compram, ainda compram o que não precisa e deixam de comprar aquilo que precisa... o salário ainda é baixo... o perigo é iminente, tanto em relação a risco de vida quanto em relação a contaminação microbiológica... Gostar do trabalho, pois se dependesse de outras coisas (salário, equipamentos, segurança, estrutura...) muita gente boa já estaria trabalhando em outra instituição (perito II).

Creio que todos, sem exceção, se sintam desvalorizados/esquecidos por parte do governo. A grande quantidade e qualidade dos trabalhos aqui realizados são incompatíveis com a infraestrutura disponível e o salário recebido. Isso se torna mais evidente quando comparamos essa situação com a perícia de outros Estados (salários consideravelmente maiores, quantidade de trabalho inferior e instalações construídas especificamente para o trabalho pericial) (perito F1).

A estrutura ainda é insuficiente para a totalidade das possibilidades da atividade pericial (perito Ci).

Essa estrutura deficitária foi denunciada até mesmo no questionário enviado à pesquisadora. O perito II se desculpou pelo fato de ter preenchido em letras maiúsculas e sem algumas pontuações, e justificou que as falhas ocorreram porque o teclado do seu computador estava danificado.

Seligmann-Silva (2011), em sua extensa obra, contemplou as implicações entre gerencialismo, precarização e desgaste mental no setor público. A referida autora mostra que as tecnologias administrativas adotadas no âmbito da iniciativa privada foram transpostas para o setor público que, sob a égide da racionalidade, modernização e excelência, deve atender aos interesses políticos e contábeis de modo prioritário aos ganhos sociais que possam advir em benefício da população. Assim, o máximo de produtividade com o mínimo de recursos humanos e materiais passa a ser a tônica no setor público como marca de uma administração que busca ser moderna, mas que desconsidera as particularidades de cada trabalho, bem como a complexidade e as condições de trabalho, além da escassez ou inadequação dos recursos. É isso que se pode verificar nas falas dos peritos ingressantes.

6 DIALOGANDO COM OS DADOS

As representações sociais e culturais compartilhadas deixam à mostra que as trocas entre sujeitos estão ajudando a consolidar uma identidade profissional que interpreta o ambiente laboral de forma semelhante.

Na fase de separação do ritual de passagem, havia uma expectativa significativa dos neófitos em relação à realização profissional (nove sujeitos) e ao aprendizado e obtenção de mais conhecimento (nove sujeitos) (Cavedon, 2010). A ideia de contribuir para com a sociedade e a realização de justiça apareceram de modo bastante pontual. Já na fase de margem, a contribuição para que a justiça seja feita aparece de modo mais significativo, e a noção de que a atividade do perito implica gostar de estudar e de aprender se manteve para além da fase de separação e faz parte do *ethos* profissional.

A visão de amigos e da sociedade em geral que, antes, na etapa de separação, parecia ser mais clara sobre o trabalho dos peritos, agora é representada pelos peritos como a dos heróis dos seriados, em especial do *CSI*. A confusão entre polícia e perícia também apareceu, afora o estigma de lidar com a “sujeira e a pobreza”. As questões que se impõem são:

- As representações mentais e sociais construídas pelos amigos e pela sociedade foram reinterpretadas?
- Ou as representações culturais são fruto das representações mentais e públicas daquele grupo profissional do qual os peritos fazem parte e como tal incorporaram essas representações mediante uma nova interpretação à luz da sua atuação profissional?

As representações referentes a “desgaste emocional”, “trabalho na ótica da família do perito”, “perícia pela polícia”, “trabalho e humor negro” e “trabalhando com a falta de recursos” só poderiam ser construídas na fase de margem do ritual de passagem, quando o perito exerce as suas atribuições, e vêm ao encontro daquilo que foi referenciado pela coordenadora do curso de formação, que caberia aos neófitos, ao longo de suas práticas laborais, descobrir as mazelas do Departamento de Criminalística. Essas representações estão consoantes com aquelas reveladas pelos peritos seniores e por mim capturadas no dia a dia do fazer etnográfico, evidenciando que, no ritual de passagem, a socialização vem ocorrendo de modo eficaz.

Um aspecto que merece ser destacado é que os peritos neófitos admitem de forma mais direta o desgaste emocional a que estão submetidos do que os

peritos seniores. Talvez isso ocorra porque o estranhamento em face da atividade ainda não tenha permitido o desenvolvimento dos mecanismos de defesa em sua plenitude, sendo a negação dos danos emocionais uma forma de continuar produzindo e atuando no órgão, algo já introyetado pelos mais antigos e que traz à tona a relevância das representações como defesa, aspecto apontado por Jodelet (2001).

Os conflitos entre novos e antigos profissionais não está se fazendo ausente nessa fase do ritual, conforme foi possível observar durante a estada em campo. A fala de um perito antigo sobre a posição ocupada pelos novos na hierarquia do Departamento de Criminalística traz elementos para a reflexão e a importância de observar certos aspectos do ritual de passagem. A colocação do perito dizia da sua insatisfação diante do fato de que peritos ingressantes foram guindados a cargos de chefia por parte da direção e que esses profissionais ainda eram bastante inexperientes, tendo inúmeras vezes que se subsidiar de informações junto aos profissionais mais antigos como forma de executarem de modo adequado as atribuições que lhes eram imputadas. Aqui, é preciso pensar no estágio probatório como uma parte do ritual, a etapa de liminaridade. Nessa etapa, há o pressuposto de que o neófito irá receber ensinamentos sobre o grupo e também deverá se portar de maneira humilde (Van Gennep, 1978; Turner, 1974). Todavia, se a esse profissional é atribuído um cargo de chefia, ele é colocado como superior, e assim é invertido o papel que, no período de margem, pressupõe a humildade e a submissão. Embora colocações embasadas em questões políticas possam ser aventadas por peritos seniores, existe uma conotação simbólica que se sobrepuja e deve ser respeitada por ocasião da fase de liminaridade do ritual de passagem, qual seja a de que alguém em processo de aprendizagem com os mais antigos não deve ser hierarquicamente superior a eles.

Apesar de os neófitos apresentarem posturas críticas sobre as condições de trabalho, sobre o desgaste emocional, sobre a interação com a polícia, sempre essas negatividades são amenizadas mediante afirmações positivas. Exemplificando, o trabalho exige muito sob a perspectiva mental e física, mas é apaixonante; os policiais antigos não são colaborativos, mas os novos policiais interagem de maneira adequada; as pessoas não têm condições materiais para executar as suas tarefas, mas gostam do que fazem e superam as deficiências de toda a ordem. Esse comportamento é típico da etapa de margem, em que as críticas acontecem de forma amenizada. Afinal, o neófito ainda não faz parte definitiva do quadro de servidores, ele está sendo avaliado por seus pares e superiores para além dos trâmites legais; além disso, há os códigos do grupo que precisam ser respeitados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da identificação das representações circulantes entre os peritos neófitos em estágio probatório, foi possível verificar o que mudou da fase de separação para a fase de margem. A incorporação dos saberes e fazeres também vem se mostrando como parte da referida etapa com as representações mentais e públicas sendo interpretadas e reinterpretadas pelos neófitos, cuja socialização vem se mostrando eficaz. Atitudes adotadas por superiores hierárquicos que ferem os princípios do ritual de passagem geram conflitos ora latentes, ora explícitos por parte dos mais antigos. Esses conflitos buscam evidenciar valores do grupo que, nesse caso, se referem a uma distinção que se dá por meio da antiguidade e também da experiência em termos de saber/fazer. Atentar para o simbólico mostrou-se fundamental para que as práticas de gestão não venham a gerar desgastes e embates com possíveis perdas no relacionamento interpessoal ou mesmo na execução qualificada das atribuições de cada sujeito envolvido com a materialidade das provas para que a justiça possa ser alcançada por aqueles que se colocam como “sentinelas da verdade”.

O campo empírico investigado reforça os aspectos atribuídos como característicos das situações ritualizadas, em que os elementos do cotidiano ganham contornos diferenciados em face do momento extraordinário, e a eficácia do ritual pode ser percebida na medida em que os valores e as representações atinentes ao grupo são introjetados e comunicados aos demais integrantes da sociedade. As representações sociais construídas pelo grupo de ingressantes começam a se consolidar e trazem à tona as peculiaridades inerentes ao trabalho daqueles que têm, em seu cotidiano, a experiência de conviver com a morte e a violência de modo exacerbado.

Desde uma perspectiva teórica, aliar ritual de passagem e representações sociais pode se configurar como uma forma de entender a dinamicidade das representações sociais em diferentes momentos vividos nos espaços organizacionais; permite ainda que sejam identificados os valores mais significativos que tendem a perdurar e aqueles que sofrem mutações no decorrer das atividades experienciadas.

SOCIAL REPRESENTATIONS CIRCULATING IN THE MARGINAL PERIOD OF THE RITE OF PASSAGE: THE CASE OF FORENSIC EXPERTS IN PROBATIONARY PERIOD

ABSTRACT

This paper proposes to identify the social representations constructed by forensic experts on probation, therefore standing at the marginal period of the rite of passage. The notion of rite that pervades the article is based on Turner (1974), Van Gennep (1978), DaMatta (1978, 1983), Rivière (1997), Segalen (2000) and Peirano (2003). It is defined as an extraordinary moment when values and knowledge are introduced to initiates in order to incorporate them into the cultural universe they are about to enter. Social representations constructed over this period will present peculiarities inherent to the position held by initiates. According to Sperber (2001), from an anthropological perspective social representations emerge from a composition articulated around the representation itself, its contents, a user and a producer (who might sometimes be the user himself or herself). Mental representations are those constructed inside the user. Public representations are mental representations shared among the members of a given group. Each member of a social group or community has an inner gamma of mental representations; when publicized, part of that knowledge or representations will be shared among the members of the group. Thus, subjects will construct their mental representations based on that first publicized. The ethnographic method made it possible to follow the initiates from the separation stage to the margin moment. Initiates were approached by participant and simple observation from May 2009 to June 2012. The representations that circulated in the liminal stage considered the work as: emotional distress, a positive value, interfering in family life, identified as *CSI*, positive and negative in the eyes of the police, black humour and lack of resources. It is worth to mention that humility and criticism with positive aspects were practiced, despite the initiates being newcomers to the public service. That confirms theorizing made by anthropologists to whom humility and moderation are the kind of behavior to be expected in the marginal stage of the rite of passage.

KEYWORDS

Rituals. Social representations. Probationary period. Forensic expertise. Ethnography.

LAS REPRESENTACIONES SOCIALES CIRCULANTES EN EL PERÍODO DE MARGEN DEL RITUAL DE PASAJE: EL CASO DE LOS PERITOS CRIMINALES EN CURSO PROBATORIO

RESUMEN

El objetivo de esa investigación es identificar las representaciones sociales construidas por los peritos criminales en curso probatorio, o sea, en el período de margen del ritual de pasaje. La concepción de ritual que norteó el artículo está basada en los autores Turner (1974), Van Gennep (1978), DaMatta (1978, 1983), Rivière (1997), Segalen (2000) y Peirano (2003) y es definida como un momento extraordinario donde los valores y conocimientos son presentados a los novatos como una manera de ponerlos en el universo cultural donde están ingresando. Las representaciones sociales construidas a lo largo de ese período van presentar características propias a la posición ocupada por los novatos. Tenemos que las representaciones sociales según Sperber (2001), en una visión antropológica, surgen de una composición articulada alrededor de la representación en sí mismo, del contenido de esa representación, de un usuario y de un productor (que en algunos casos puede ser el propio usuario). Las representaciones mentales son aquellas construidas en el interior del usuario. Las representaciones públicas son las representaciones mentales compartidas entre las personas de un determinado grupo. Los sujetos integrantes de una comunidad o grupo social, en cada uno hay una gama de representaciones donde parte de ese saber o de esas representaciones serán cuando públicas compartidas entre los integrantes del grupo. Así, los sujetos van a construir sus representaciones mentales iguales a que originalmente fue publicada. El método etnográfico permitió acompañar los ingresantes desde el período de la separación hasta el momento de la margen. La observación participante y simple fue empleada desde mayo de 2009 hasta junio de 2012 junto a los novatos. Las representaciones circulantes en la fase de la liminaridad contemplaron el trabajo como: desgaste emocional, un valor positivo, interfiriendo en la vida familiar, identificado como *CSI*, positivo y negativo a los ojos de la policía, humor sarcástico y falta de recursos. Cabe destacar que la humildad y las críticas acompañadas de aspectos positivos se accionaron, aunque los novatos fuesen ingresantes del sector público, lo que confirma las tesis elaboradas por antropólogos que enfatizan la humildad y el comedimiento como comportamientos esperados en la fase de margen del ritual de pasaje.

PALABRAS CLAVE

Rituales. Representaciones sociales. Curso probatorio. Pericia criminal. Etnografía.

REFERÊNCIAS

- Acevedo, C. R., Nohara, J. J., Campanario, M. de A., & Telles, C. C. P. (2009). Ética da propaganda sob o olhar dos publicitários. *RAE-eletrônica*, 8(1).
- Angrosino, M. (2009). *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed.
- Azevedo, D., Walber, A. L. S., Schujmann, A., & Garay, A. B. S. (2012). Representações sociais de RH: um estudo exploratório com alunos de graduação. *Organizações & Sociedade*, Salvador, 19(60), 51-66.
- Bresler, R. (1993). *Organizações e programas de integração: um estudo sobre a passagem*. Dissertação de mestrado, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brasil.
- Cavedon, N. R. (1988). *As manifestações rituais nas organizações e a legitimação dos procedimentos administrativos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Cavedon, N. R. (2010). “De frente pro crime”: cultura organizacional e socialização dos peritos ingressantes no Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(4), 38-65.
- Cavedon, N. R. (2011). Modos de enfrentamento da morte violenta: a atuação dos servidores do Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul. *Revista de Administração Mackenzie*, 12(4), 75-104.
- Cavedon, N. R., & Ferraz, D. L. (2005). Representações sociais e estratégia em pequenos comércios. *RAE-eletrônica*, 4(1).
- Clifford, J. (1998). *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Corrêa, A. M. H., Gontijo, M. C. L., Assis, L. B. de, Carrieri, A. de P., & Melo, M. C. de O. L. (2007). Soldadinhos-de-chumbo e bonecas: representações do masculino e feminino em jornais de empresas. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(2), 191-211.
- Corrêa, M. L., & Pimenta, S. M. (2006). Impactos da mobilização da subjetividade nos processos de formação profissional e sindical. *RAE-eletrônica*, 5(1).
- Damatta, R. (1978). Apresentação. In A. Van Gennep. *Os ritos de passagem* (pp. 11-21). Petrópolis: Vozes.
- Damatta, R. (1983). *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Diniz, A. P. R., Carrieri, A., & Barros, A. (2013). Invisibilidade social e trabalho noturno: reflexões a partir de representações sociais de garçons. *Revista Gestão e Planejamento*, 13(1), 18-38.
- Doise, W. (2001). Atitudes e representações sociais. In D. Jodelet. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Goode, W., & Hatt, P. (1960). *Métodos em pesquisa social*. São Paulo: Nacional.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Kupermann, D. (2010). Humor, desidealização e sublimação na psicanálise. *Psicologia Clínica*, 22(1), 193-207.

- Laplantine, F. (2001). Antropologia dos sistemas de representações da doença: sobre algumas pesquisas desenvolvidas na França contemporânea reexaminadas à luz de uma experiência brasileira. In D. Jodelet. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Lescura, C., Brito, M. J., Borges, A. F., & Cappelle, M. C. A. (2012). Representações sociais sobre as relações de parentesco: estudo de caso em um grupo empresarial familiar. *Revista de Administração Contemporânea*, 16(1), 98-117.
- Moscovici, S. (2001). Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In D. Jodelet. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Patai, R. (1974). *O mito e o homem moderno*. São Paulo: Cultrix.
- Peirano, M. (2003). *Rituais: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ribeiro, M. M. C. (2008, outubro). Do trágico ao drama, salve-se pelo humor! *Estudos de Psicanálise*, (31), 103-112.
- Rivière, C. (1997). *Ritos Profanos*. Petrópolis: Vozes.
- Salles, D. M. R., & Costa, I. de Sá A. da. (2013, maio/junho). Representações do trabalho: estudo sobre confinamento na indústria petrolífera. *RAE-eletrônica*, 53(3), 230-242.
- Segalen, M. (2000). *Ritos e rituais*. Portugal: Europa-América.
- Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez.
- Silva, L. M. A. da, & Galinkin, A. L. (2011). Teoria das representações sociais e comunicação organizacional: o que revelam os discursos sobre responsabilidade social no site institucional de um banco brasileiro? *Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília*, 4(2), 1-25.
- Sperber, D. (2001). O estudo antropológico das representações: problemas e perspectivas. In D. Jodelet. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Terrin, A. N. (2004). *O rito: antropologia e fenomenologia da ritualidade*. São Paulo: Paulus.
- Toledo, S., & Bulgakov, Y. (2004). Cultura organizacional e identidade: implicações dos ritos de passagem na identidade de jovens executivos *trainees* em uma organização multinacional. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Curitiba, PR, Brasil, 28.
- Tonelli, M. J. (2012). Organizações, relações familiares e amorosas. In E. Davel & S. C. Vergara (Orgs.). *Gestão com pessoas e subjetividade* (pp. 215-233). São Paulo: Atlas.
- Turner, V. (1974). *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes.
- Van Gennep, A. (1978). *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes.
- Winkin, Y. (1998). *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. São Paulo: Papirus.
- Zilles, U. (2003, dezembro). O significado do humor. *Revista Famecos*, (22), 83-89.